

# A PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS NO PERÍODO DE 1968 A 1980: O CRESCIMENTO DA INSTITUIÇÃO

*Vera Lúcia de Carvalho Machado<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho trata de uma instituição educativa – a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – no período de 1968 a 1980. Aborda sua criação, em 1941, no contexto da luta da Igreja Católica para recuperar seu espaço político no cenário nacional e destaca o novo perfil que a instituição assume a partir do segundo semestre de 1968. Apresenta as transformações na Universidade, relativas à expansão dos cursos e ampliação do número de vagas, indicadoras do compromisso que a instituição assume com o projeto político do regime militar para o ensino superior.

**Abstract:** This article is about the history of an educational institute – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas Catholic University) – in the period of 1968 to 1980. It brings its foundation, in 1941, in the context of the catholic church to recover its political influence in the national scenary and it demonstrates the new profile that this University assumes by the second semester of 1968. It also presents the University transformations related to courses expansion and applicant numbers increase, indicators of the institution engagement assumud by the political project of militar regime to the university level of education.

**Palavras-chave:** História da Educação; Universidade; PUC-Campinas; Instituição educativa; Ensino superior.

---

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; doutora em História, Filosofia e Educação pela UNICAMP.

O estudo sobre a educação brasileira nas primeiras décadas do séc. XX revela, dentre outros acontecimentos, a luta da Igreja Católica para recuperar a importância dos valores católicos, preteridos na nova ordem política social instaurada após a Proclamação da República.

Um dos seus primeiros representantes a se opor ao laicismo do Estado, D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, em 1916, em uma Pastoral, defende a religiosidade do povo brasileiro e

reivindica o retorno de certos privilégios como o ensino religioso e reconhecimento da parte do Estado como 'nação católica'. Também propõe a formação de uma elite capaz de exercer influências na recristianização das elites, atacadas pelos males da civilização burguesa e liberal, e na mobilização dos leigos em favor das teses católicas (Curry, 1986, p. 15).

O arcebispo defendia, ainda, nessa mesma pastoral, a criação de uma universidade em Recife.

Ações são empreendidas nessa luta pelo retorno do catolicismo, dentre as quais cite-se a criação da Revista *Ordem e do Centro D. Vital*, que se tornam então instrumentos para divulgação das idéias católicas, contrapondo-as ao liberalismo e ao comunismo, que haviam impregnado o mundo moderno e provocado a desordem social no mundo.

Após a Revolução de 30, a fragilidade do processo político torna a Igreja Católica, conforme Cury (1986), uma força politicamente necessária, o que lhe possibilita colocar-se no cenário político e influenciar no atendimento de seus interesses.

No Congresso Católico de Educação, realizado em 1934, a idéia de criação de uma Universidade Católica foi defendida pelo Cardeal Leme com apoio institucional e financeiro do Papa, e indicado organizador das Faculdades Católicas o presidente da Ação Católica Brasileira, Alceu de Amoroso Lima.

Se nas primeiras décadas da República não houve o incentivo à criação de universidades<sup>2</sup>, quer públicas, quer privadas, na era Vargas o apoio à criação das universidades católicas não deixou de existir no contexto da aproximação Estado e Igreja.

As Faculdades Católicas, em face da dificuldade do Estado assumir o ensino superior, vêm exercer uma função supletiva nesse nível de ensino.

Há-se que, portanto, assumir, agora no nível superior, a formação da elite condutora do país como já o fizera nos outros níveis de ensino. É nesse contexto que a Pontifícia Universidade Católica de Campinas<sup>3</sup> (PUC-Campinas) tem sua origem, quando em 20 de maio de 1941 é constituída a Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), cuja finalidade era

<sup>2</sup> O desinteresse pela criação de universidades no início do período republicano dá-se pela influência dos positivistas brasileiros que a consideravam herança da Idade Média e da Igreja Católica.

<sup>3</sup> O título de Pontifícia foi concedido pelo Papa em 1972. A instituição teve anteriormente as denominações seguintes: Faculdades Campineiras (desde sua criação até 1955), Universidade de Campinas (1955-1956), Universidade Católica de Campinas (1956-1972). Neste trabalho usarei sua denominação atual – PUC-Campinas

Manter, administrar e dirigir os estabelecimentos de ensino secundário já existentes e de propriedade da Diocese de Campinas, Colégio Diocesano Santa Maria e Academia de Comércio São Luiz, com os Cursos anexos facultados pelas leis nacionais de ensino; fundar, manter, administrar e dirigir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Educação e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas e mais as possíveis instituições culturais que venham a integrar uma futura Universidade Católica de Campinas.<sup>4</sup>

Em 07 de junho do mesmo ano é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia, História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Ciências Sociais e Pedagogia.

Nesse ano de 1941, em 18 de dezembro é criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, que oferece o curso de Ciências Econômicas.

O crescimento da instituição mantém-se nos anos 40 e 50 com significativa ampliação das unidades acadêmicas, sendo criadas, em 1945, a Escola de Biblioteconomia de Campinas; em 1949 a Escola de Enfermagem "Madre Maria Theodora", a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Odontologia; em 1951 a Faculdade de Direito de Campinas.<sup>5</sup>

São criados ainda nesse período: o Curso de Professores de Educação Doméstica e de Trabalhos Manuais (1947) em nível médio; o Curso de Orientação Educacional (1947) que funcionava junto à Faculdade de Filosofia, e o Conservatório de Canto Orfeônico de Campinas Maestro Julião (1947), formando professores de canto. Deste último se originou a Faculdade de Música reconhecida pelo Decreto n. 55166 de 09/12/64.<sup>6</sup>

Todas essas faculdades e cursos constituíram as "Faculdades Campineiras", administradas pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, representada pelo Bispo Diocesano de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto, substituído após sua morte, no mesmo ano da fundação da Sociedade, por Dom Paulo de Tarso Campos. Era reitor da instituição o Monsenhor Dr. Emílio José Salim.<sup>7</sup>

Com a criação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 13/08/46, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas passam a integrá-la, o que perdura até 1955. Além das Faculdades Campineiras, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo contou com a agregação da Faculdade de Filosofia

<sup>4</sup> Prospecto da Universidade Católica de Campinas, 1969:3

<sup>5</sup> A Escola de Enfermagem Madre Theodora, e a Escola de Serviço Social, ambas de nível superior, eram instituições agregadas, isto é, não tinham vínculo financeiro com as Faculdades Campineiras; delas recebiam apenas o diploma. A Escola de Enfermagem estava ligada à Congregação das Irmãs de São José, e a Escola de Serviço Social à Congregação Missionárias Jesus Crucificado.

<sup>6</sup> Cursos de nível médio eram oferecidos com o objetivo de estabelecer o vínculo da instituição com a sociedade. Também acabavam por motivar os estudantes a ingressarem no curso superior.

<sup>7</sup> Cf Depoimento de antiga funcionária da Universidade e ex-diretora da Faculdade de Biblioteconomia, a idéia da criação de uma Universidade partiu de D. Barreto, Bispo Diocesano. Monsenhor Salim havia conseguido o reconhecimento do Colégio Diocesano Santa Maria e o Bispo convidou-o para criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que, no futuro, se tornaria uma Universidade Católica. Logo após a criação da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, D. Barreto, após viagem, adoece e assina documento em branco para Monsenhor Salim solicitar a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (fato este comentado várias vezes por Monsenhor, conforme a funcionária). Com o falecimento do Bispo, Monsenhor Salim mantém os trabalhos para a criação da FFCL, respeitando o compromisso assumido com D. Barreto.

Ciências e Letras São Bento e Sedes Sapientiae, com a recém criada Faculdade de Direito e com a Faculdade de Engenharia Industrial.<sup>8</sup>

A denominação Universidade de Campinas ocorre em 1955 quando o governo equipara as Faculdades Campineiras às universidades oficiais pelo Decreto 38327 de 19/12/55 da Presidência da República. Em 14/03/56, a Universidade é solenemente instalada no Teatro Municipal de Campinas, com a presença do Ministro da Educação e Cultura e das autoridades eclesiais, civis e militares.<sup>9</sup>

A Universidade de Campinas é erigida canonicamente a Universidade Católica por decreto da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades de Estudos da Santa Sé de 07/07/56, e o arcebispo metropolitano de Campinas Dom Paulo de Tarso Campos, é nomeado seu Grão Chanceler e confirmado o Monsenhor Dr. Emílio José Salim para a Reitoria.

Monsenhor Dr. Emílio José Salim administrou a Universidade até sua morte em 1968 e a deixou assim organizada:<sup>10</sup>

#### **I Instituições Incorporadas**

- 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- 2- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
- 3 - Faculdade de Odontologia
- 4- Faculdade de Direito
- 5- Faculdade de Biblioteconomia
- 6- Faculdade de Música
- 7- Instituto Superior de Psicologia

#### **II Instituições Agregadas**

- 1- Faculdade de Enfermagem "Madre Maria Theodora"
- 2- Faculdade de Serviço Social

#### **III Instituições Complementares**

- 1- Colégio Universitário Pio XII
- 2- Museu Arquidiocesano
- 3- Orquestra Sinfônica Universitária
- 4- Colégio Comercial da Academia "São Luiz"
- 5- Coral Universitário

<sup>8</sup> Quando D. Barreto sugeriu a criação de uma Universidade Católica em Campinas, houve resistência do Arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar Fonseca e Silva, que entendia que a Universidade Católica deveria ser criada primeiro em São Paulo. Com a realização do Congresso Eucarístico e com a sua morte, acaba por ser criada primeiro a FFCL em Campinas. Entretanto, o ideal de criação da Universidade Católica em São Paulo mantém-se e, em 22/08/46, o Presidente Dutra assina decreto criando a PUC/SP. Cf. antiga funcionária e ex-diretora, Monsenhor Salim lutou para que fosse assinado o decreto nesse dia, por ser aniversário de morte de D. Barreto. Houve reunião no Palácio Episcopal onde o cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, Arcebispo de São Paulo, em audiência com todos os membros das Faculdades, informou sobre a assinatura do decreto criando a Universidade.

<sup>9</sup> Em visita a Campinas, em 1955, o Núncio Apostólico, D. Armando Lombardi, aconselha o Bispo Diocesano, D. Paulo de Tarso Campos e o diretor das Faculdades Campineiras, Monsenhor Emílio José Salim a pensarem na constituição de uma universidade, posto que as Faculdades já atendiam às exigências legais para isso e indicavam pleno desenvolvimento, bem como a cidade de Campinas. Cf. Matos, Odilon Nogueira, 1988, p.184.

<sup>10</sup> Prospecto da Universidade Católica de Campinas, 1969:3

Para Camargo, Monsenhor Dr. Emílio José Salim, único Reitor desde a fundação da instituição exerceu uma administração centralizadora nos aspectos acadêmicos e financeiros.

As questões de seu mister ele as resolvia conforme suas convicções na fé cristã e no sacerdócio e, devido ao seu prestígio pessoal e liderança, distanciava-se do planejamento e soluções em bases científicas. A despeito disso, o Reitor conseguiu manter e administrar a 'sua obra' de forma eficiente (Camargo, 1989, p. 35)

Com a morte do reitor<sup>11</sup>, assume a Reitoria o diretor da Faculdade de Direito, Dr. Benedito José Barreto Fonseca, que vinha ocupando a Vice-reitoria da Universidade.<sup>12</sup>

Sua nomeação se dá de forma atípica dado que ele se antecipara nos encaminhamentos para o processo de escolha.

Com a morte do Reitor, o Bispo diocesano procedeu a uma consulta aos Diretores das Unidades Acadêmicas para obter consenso quanto ao nome do Vice-reitor para ocupar a Reitoria. Como houvesse demora no processo de consulta, uma vez que o Bispo se encontrava velho e muito doente (faleceu dois meses depois dessa data), o Vice-reitor providenciou uma bula papal, designando-o Reitor. Tal documento foi possível graças à interferência de um cardeal brasileiro, ex-professor da PUCCAMP, que servia no Vaticano. (Camargo, 1989, p.44)

Ainda na avaliação de Camargo, esta nova administração, centrada na figura do Reitor, reproduzia na PUC-Campinas a repressão, o autoritarismo e o medo que caracterizavam a sociedade brasileira no período da ditadura militar, provocando logo no início de sua gestão a demissão de professores e de diretor de unidade acadêmica.

Os Colegiados já não tinham mais a função de deliberar, mas de ratificar os atos do Reitor, deferidos 'ad referendum', na sua maioria, conforme consta das atas das reuniões. Proliferaram as portarias internas de proibição de toda e qualquer reunião ou manifestação de alunos e professores, no recinto da Universidade (Camargo, 1989, p.46)

### **A incorporação do projeto educacional do governo militar na PUC-Campinas**

A posse do novo reitor da PUC-Campinas coincide com o momento de recrudescimento do governo militar. O golpe de 64 que, segundo os militares, ocorrera para

<sup>11</sup> O impedimento da matrícula de um aluno da FFCL, acusado de "indisciplina, desrespeito, insolência, antipatia e falta de fé cristã" provocou ampla mobilização dos diretórios acadêmicos e a decisão dos alunos de não renovarem matrícula se não houvesse revisão da punição ao colega. O Consun não aprovou mudanças na penalidade ao aluno. Dessa forma, em maio de 1968, os alunos invadiram o Prédio Central da Universidade e por três dias se apossaram dele, exigindo a saída do diretor da FFCL, mudança nas normas para eleição dos diretores e solução para o caso do aluno. O Consun acatou as mudanças para a eleição, afastou temporariamente o diretor, mas não reconsiderou a punição ao estudante. O mandato de segurança impetrado deu ganho de causa ao aluno, obrigando o afastamento definitivo do diretor da unidade. Ainda, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para abrir sindicância quanto às denúncias do aluno, obrigando o Reitor e o Diretor envolvidos a deporem sobre a negação da matrícula. "o Reitor veio a falecer, ainda no mês de junho de 1968. Sua morte foi 'anunciada' como uma consequência de todo o drama vivido nesse ano" (Camargo, 1989, p. 43)

<sup>12</sup> Conforme Camargo, (1989, p. 44) havia uma luta pelo poder central da Universidade e "sem o conhecimento de todos os professores, o promotor da cidade e diretor da Faculdade de Direito (...) ainda no 1º semestre passou a ocupar a Vice-reitoria da Universidade. "

defender a democracia no país, vinha se consolidando em violenta ditadura militar. O poder executivo, logo após o golpe, foi fortalecido pelo Ato Institucional n. 1 que, pelos seus termos, enfraquecia os poderes legislativo e judiciário, dando condições para a centralização do poder nas mãos do Presidente da República. Tratava-se, segundo Vieira (1995), de satisfazer as exigências daqueles que já possuíam influência, por meio de atos institucionais (AI), atos complementares, leis de segurança nacional e decretos.

Ao final de 1968, a linha dura<sup>13</sup> do regime militar baixou o Ato Institucional n. 5, com prazo de vigência indefinido que ampliava ainda mais os poderes atribuídos ao executivo. O Ato Institucional n. 5 “forneceu a cobertura paralegal para uma nova e tenebrosa fase da ditadura militar que se construía desde abril de 1964” (Cunha, 1988, p.23)

Na realidade, o governo militar dentre outros compromissos<sup>14</sup>, dizia-se comprometido com a segurança interna, isto é, com a eliminação da subversão e do comunismo, levando-o logo de início, à institucionalização do Estado de Segurança Nacional, em nome do qual medidas foram tomadas para o controle e eliminação dos movimentos sociais, bem como dos indivíduos ligados ao governo anterior. Nesse movimento de “operação limpeza”, como o nomeava o próprio governo, várias ações repressivas se desencadearam e “manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes” (Alves, 1985, p. 66).

Em relação às universidades, amplo processo de invasões, denúncias e perseguições foi desencadeado; professores, administradores, funcionários foram afastados de seus cargos, tendo em vista a “operação limpeza” do governo autoritário. A intervenção militar deu-se em várias universidades públicas, sobretudo na de Brasília que sofreu seguidas ocupações no período. Estudantes também foram o grande alvo da ação repressiva dos militares.

A importância política das organizações estudantis centralizadas na União Nacional dos Estudantes (UNE) tornava-a alvo preferido da estratégia psicossocial da “Operação Limpeza”. Não seria permitida participação política a estas organizações, confinadas à promoção de atividades recreativas ou a tarefas administrativas da vida estudantil. A UNE recusava este papel, representando os estudantes como grupo político de pressão em face do governo... No próprio dia do golpe, 1.º de abril, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida por tropas e incendiada. Centenas de estudantes foram detidos em todas as universidades, sendo a UNE oficialmente extinta e desmantelada pelo governo militar (Alves, 1985, p. 67-8).

Segundo Germano (1994), a partir de 1964, o Estado caracteriza-se por forte autoritarismo, mas mantendo a “aparência democrático-representativo” com o funcionamento do Congresso e do Judiciário ainda que como apêndices do Executivo.

<sup>13</sup> Os “linhas duras”, oficiais de extrema direita, defendiam o emprego mais intenso de medidas de força imediatas. “O setor de linha dura aglutinava-se em torno do Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, usando-o como instrumento de pressão política sobre as decisões do governo” (Alves, 1985, p. 59).

<sup>14</sup> “O Estado militar caracterizava-se pelo aumento da intervenção na esfera econômica, concorrendo decisivamente para o crescimento das forças produtivas no país, sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que combinou crescimento econômico com uma brutal concentração da renda” (Germano, 1994, p. 56)

É em 1968, porém, com o Ato Institucional n. 5<sup>15</sup> que o governo militar conseguiu ampliar o controle social, impedindo, por meio da repressão, qualquer forma de oposição ao regime. Seu objetivo era garantir o desenvolvimento econômico com base na produção capitalista organizada de forma monopolista.

Nesse contexto da ditadura militar, tornou-se perfeitamente viável o autoritarismo implantado na PUC-Campinas e, tal como ocorria no governo militar, procurava-se manter a “aparência” de uma administração democrático-representativa, através das reuniões dos órgãos colegiados que, eram subservientes ao reitor. Essa forma de exercício do poder fragilizava todo movimento de oposição, tal como ocorreu em 1969 quando, movidos por intensa luta política no interior da instituição, quarenta e nove professores dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Matemática, Letras e Filosofia numa carta renúncia, colocaram o cargo à disposição, o que, para surpresa de todos, é aceito pelo reitor, obrigando o pedido de demissão coletiva<sup>16</sup>.

Estava se desenvolvendo um novo modelo administrativo na Universidade, centrado na figura do reitor, como já foi dito, entretanto, amparado legalmente nos estatutos e regimentos da instituição e na procuração outorgada pelo Arcebispo.

Se as ações administrativas de Monsenhor Salim, conforme afirma Camargo (1989), se pautaram em suas convicções religiosas e foram favorecidas pelo seu natural espírito de liderança, o que se observa, no entanto, na prática administrativa do reitor que o substituiu, é o empenho no desenvolvimento de um projeto megalômico para a Universidade viabilizado por práticas autoritárias, como sugerido nos documentos oficiais pertinentes ao ensino superior.

Chauí (2001), falando da reforma universitária, assinala as recomendações dos relatórios Atcon (1966) e Meira Mattos (1968) quanto à administração da universidade. Para o primeiro o sistema universitário deveria se basear no modelo administrativo das grandes empresas “com a direção recrutada na comunidade empresarial, atuando sob sistema de administração gerencial desvinculado do corpo técnico-científico e docente” (Baer, apud Chauí, 2001, p. 47) e, para o segundo, era necessária nova ordem administrativa e disciplinar.

<sup>15</sup> Alves (1985, p. 131), assim resume os poderes atribuídos ao executivo pelo AI n.º5: “1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembléias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstauração do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juizes (...); 6) poder de decretar o estado de sítio (...); 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional n.º 5.”

<sup>16</sup> Camargo (1989:45-6) relata manifestação de alunos do curso de Ciências Econômicas, a demissão do diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e a ocupação do pátio da Universidade pelos militares, a pedido do reitor. Castanho (1996:2) um dos demissionários na época, assim relata aquele momento: “Não houve um só momento de 1962 a 1969, em que não se colocasse a questão, com as bandeiras mais vistosas de 1/3 de participação nos conselhos acadêmicos, posteriormente da representação paritária, da departamentalização das decisões da flexibilização curricular, da renovação didática e tantas outras. O certo é que, em 1968, já havia um projeto consolidado de Reforma Universitária da PUCCAMP. O projeto era global e ia dos assuntos periféricos até o cerne da vida institucional da PUCCAMP, questionando até mesmo seu núcleo de poder. Não admira que tenha recebido implacável oposição e resistência”

A ação centralizadora visando ao controle da vida institucional foi característica de toda a gestão do reitor e pode ser observada desde o início por meio da normatização dos diferentes setores da Universidade.

Ao longo de sua gestão, várias foram as normas baixadas pelo reitor e aprovadas "ad referendum" no Conselho Universitário (Consun) e no Conselho de Ensino e Pesquisa (Concep)<sup>17</sup>, este último instalado em 10/04/72. Tais normas diziam respeito, sobretudo, ao controle da vida acadêmica dos alunos, como matrícula, transferência, dependência, provas<sup>18</sup> e concurso vestibular. Também não escapava ao controle o trabalho docente, sobretudo no que se refere ao cumprimento das ordens relativas ao seu trabalho, isto é, entrada pontual em aula, respeito às datas para entrega de programas e notas, observância de relação respeitosa entre professor e aluno, dentre outras. Aos diretores era recomendado que, vez ou outra, assistissem às aulas dos professores, bem como eram lembrados de que, se necessário, aplicassem as normas disciplinares existentes para docentes e discentes. Não eram esquecidos os funcionários, sendo freqüentes as recomendações quanto ao cumprimento do horário de trabalho e das normas disciplinares. Também eram baixadas normas relativas à avaliação dos alunos, transferências, enfim à vida acadêmica em geral. Não se pode afirmar, entretanto, que houvesse nesse período preocupação em refletir com os membros dos colegiados sobre o trabalho educacional desenvolvido ou os rumos do crescimento da própria instituição. Nos moldes de uma concepção funcionalista, acreditava-se que o controle do desempenho nos diferentes papéis garantiria a consecução dos fins da instituição.

As atribuições do reitor, definidas no estatuto e regimento da Universidade, permitiam-lhe total poder e domínio em todas as esferas institucionais. Era ele quem escolhia e nomeava os diretores das unidades acadêmicas valendo-se de uma lista sêxtupla, e os nomeados indicavam os professores. O reitor apresentava as indicações de novos professores nas reuniões do Conselho Universitário e as nomeações e contratações eram prontamente aprovadas e ou referendadas, sem maiores análises e questionamentos, conforme comprovam atas desse colegiado, demonstrando o perfeito esquema montado, pois os membros dos colegiados eram os diretores nomeados<sup>19</sup> pelo reitor. Estava, desta forma, constituída a trama perfeita para que, em última instância, tudo convergisse para as mãos do reitor. Esse poder tornava-o profundamente admirado e valorizado pelos seus pares. Tudo "parecia" ser democraticamente decidido e deliberado pelos membros dos colegiados. As pessoas de sua confiança que, portanto, faziam parte dos colegiados, manifestavam com freqüência admiração e gratidão por ele. Um membro do Conselho Universitário, anunciando-se porta voz do grão chanceler, ao defender as medidas judiciais contra o parecer da Prof<sup>a</sup>. Esther de Figueiredo Ferraz, que regulamentava o mandato dos Reitores assim se exprime: "Se este homem não existisse, precisaríamos criar um igual. (...) Este homem nasceu para o cargo que desempenha, não

<sup>17</sup> A Reforma Universitária de 1968 previa na administração da Universidade um órgão central de coordenação do ensino e da pesquisa. O Estatuto e o Regimento da Universidade definiam a composição e atribuições desse órgão colegiado.

<sup>18</sup> Na 84ª reunião do Consun, em 03/08/73 foi aprovado o agendamento das provas pelo diretor de unidade acadêmica e o reitor solicitou cópia das provas a que eram submetidos os alunos, numa demonstração de total ingerência da Reitoria no trabalho docente.

<sup>19</sup> Só ao final da década de 70 é que se constitui a Comissão de Ingresso e Promoção de Docentes no Conselho Universitário.

poderei de maneira nenhuma ficar sem a colaboração dele na Universidade, que floresceu e cresceu em suas mãos" (Ata da reunião do Consun de 19/10/72, p. 2-3).

Em outra ocasião, o diretor de uma unidade acadêmica agradeceu ao reitor as "excelentes instalações" do curso e o reconhecimento do mesmo, lembrando a "prestimosidade" do reitor em conceder título ao conselheiro do CFE, que deu parecer reconhecendo o curso<sup>20</sup>. (Ata da 105ª reunião do Consun 13/03/76)

Na verdade, as ações empreendidas por conta das exigências e deveres do cargo, tornavam-se nesse período da vida universitária, motivo para cultuar a pessoa do reitor, favorecendo, de um lado, gestos de vaidade e poder, e de outro, propiciando um ambiente de bajulação e subserviência.

Se o poder já estava assegurado estatutariamente desde o início do mandato do reitor, com a alteração nos Estatutos em 1976, ele se torna cada vez mais absoluto, posto que o conselho passa a ser constituído por apenas três diretores nomeados pelo reitor. Estando na Universidade, a escolha dos diretores nas mãos do reitor e na SCEI a indicação dos conselheiros também nas suas mãos, é compreensível por que as propostas da Reitoria são facilmente aprovadas em ambas as instâncias; o domínio sobre seus pares estava "legalmente assegurado".

O que se observa nesse momento histórico da universidade é que as relações internas foram marcadas pela dominação de um dirigente, mediatizada por relações ideológicas comprometidas com a manutenção da ordem e a legitimização do poder ali instalado. Além disso, buscava-se cooptar os alunos garantindo-se a presença de seus representantes em momentos significativos da instituição, o que lhes dava a falsa idéia de estarem participando do processo decisório da Universidade.

Esse perfil institucional, caracterizado pela hegemonia e dominação, pode ser explicado pela necessidade de se obter o consenso da comunidade para a implantação de um projeto institucional comprometido com o governo militar.

### **A expansão dos cursos e a ampliação do número de vagas**

A política privatista da educação é uma marca do governo militar. Embora o Estado, na busca do consenso para se legitimar, pregasse a valorização da educação, na prática o que ocorreu foi a gradativa ausência de compromisso com o financiamento da educação, especialmente no ensino superior.

Na área educacional, apesar das reformas, o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos estavam comprometidos com o capital privado, repassando, ainda assim, verbas para as escolas particulares (Germano, 1994, p. 93).

---

<sup>20</sup> Germano (1994), abordando o caráter privatista do Estado Militar afirma que ele foi invadido pelos grupos privados, que colocaram o aparelho estatal a serviço de seus interesses. Também Cunha (1986b, p. 49) assim se expressa em relação ao governo "O governo recebia muito bem esse crescimento das escolas particulares. (...) O Conselho Federal de Educação dava sua contribuição a esse 'esforço' da iniciativa privada facilitando a concessão de autorização para funcionamento e credenciamento da faculdades particulares que multiplicavam a cada dia."

Logo após sua posse, o reitor da PUC-Campinas já manifestara sua intenção de expandir os cursos da universidade, justificando para isso a demanda existente, bem como defendia a necessidade de expansão do espaço físico da Universidade para atender aos que a procuravam. Denunciava, entretanto, as dificuldades financeiras herdadas da gestão anterior, que certamente iriam motivar as solicitações de verbas públicas.

Cabe lembrar que o grave problema do ensino superior nesse período era o “dos excedentes”, isto é, alunos que pelas normas dos vestibulares estavam aprovados, para os quais, todavia, não havia vagas suficientes.

Com base nas interpretações possibilitadas pela legislação e nos precedentes de matrículas de ‘excedentes’, alguns juizes deferiam os mandatos de segurança impetrados por grupos inteiros de candidatos aprovados, mas não matriculados por falta de vagas. As escolas ficavam, então, obrigadas a receber esses estudantes, improvisando recursos materiais e humanos (Cunha, 1988, p. 88).

No caso da PUC-Campinas, parece contraditório pensar em crescer e expandir, ao mesmo tempo que se anunciavam as dificuldades financeiras da instituição, indicando a falta de recursos, pois todo crescimento, sobretudo do espaço físico, criaria, necessariamente, novas despesas. A ampliação de vagas e cursos, entretanto, foi sempre sugerida como meio para se obterem recursos financeiros para a expansão do espaço físico que, de início, para atender a ampliação de vagas, precisou ser redimensionado.<sup>21</sup> O paradoxo daquele momento pode ser assim explicitado: para crescer havia necessidade de recursos e para a obtenção de recursos era preciso promover o crescimento.

Em razão dessa compreensão, a expansão de vagas e cursos e a ampliação de espaço físico ocorreram simultaneamente; a primeira sempre justificada para atender à crise financeira provocada pela segunda.

Para a ampliação do espaço físico foi aprovada, na reunião do Conselho Universitário de 10/10/1969, a tomada de empréstimos solicitada pelo reitor, com o fim de iniciar as obras de construção do novo Campus da instituição. Nessa ocasião, contava-se ainda com a possibilidade de a Caixa Econômica Federal financiar a criação do Centro de Computação, o Gabinete de Fonética de Letras e o Laboratório da Faculdade de Odontologia.

A construção desse novo espaço, iniciada em 1971 foi o objetivo e a grande meta do reitor desde o início de seu mandato, justificada pela alta demanda dos cursos e pela impossibilidade de se atender a ela nas instalações físicas existentes.<sup>22</sup>

Em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972/1974)<sup>23</sup> apontava como Objetivos Nacionais a transformação do Brasil em nação de-

<sup>21</sup> O Reitor recomendava que, se houvesse diminuição de vagas em um curso, fossem ampliadas as vagas em outro, para não haver redução no orçamento da Universidade. (Ata da 81ª reunião do Consun, em 02/03/73)

<sup>22</sup> O Campus I, também chamado pelo Reitor de Cidade Universitária, foi construído na Rodovia D. Pedro I, Km.136. Foram doados 16,5 alqueires e a Universidade se comprometeu a comprar no prazo de sessenta dias seis ou oito alqueires, pagáveis no prazo de cinco anos. Interessante observar que, a mesma pessoa “que prestou relevantes serviços à Universidade”, segundo o Reitor, justificou a doação e recomendou a compra de outros alqueires por considerar aquela área insuficiente para a construção do Campus. (Ata da 65ª reunião do Consun, em 18/12/70). O Campus foi inaugurado em 06 de agosto de 1972, embora em alguns documentos se registre que a inauguração oficial foi em 15/03/75.

<sup>23</sup> Confúcio PAMPLONA, *A política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*, p.15

envolvida, com duplicação da renda per capita em 1980 e crescimento da economia em 74, com o PIB, elevado anualmente entre 8 e 10%. A educação torna-se, para esse desenvolvimento econômico, um investimento necessário para o preparo e a qualificação de recursos humanos. Isto leva o Ministro Jarbas Passarinho a afirmar como compromisso do governo, entre outros, a atribuição prioritária de recursos para o setor educacional, cumprindo, dessa forma, o que se espera do Estado nas sociedades capitalistas.

O Plano Setorial de Educação e Cultura para o triênio 72/74<sup>24</sup>, tinha quanto ao desenvolvimento de recursos humanos para a “sociedade democrática” (!) o objetivo de promover a expansão da oferta do ensino superior, especialmente nas áreas das técnicas, da formação do magistério e das ciências da saúde, sem prejuízo dos padrões de qualidade, bem como acelerar a implantação da Reforma Universitária. Também, no que se refere à ciência, tecnologia e cultura, esse Plano tinha dentre outros, o objetivo de incrementar programas de Educação Física e Desporto, através da construção, nas Universidades, de instalações esportivas, aperfeiçoamento de recursos humanos e outros.

Os objetivos desses Planos, associados à política de privatização do ensino superior empreendida pelo regime militar, parecem justificar o projeto megalômano para a universidade, revelando o comprometimento da instituição com a política educacional do governo militar, cujo objetivo proclamado era o desenvolvimento e modernização do país.

Outro movimento significativo relacionado ao crescimento de vagas/cursos e ao espaço físico pode ser observado por ocasião da criação da Faculdade de Ciências Médicas e posterior construção do Hospital e Maternidade Celso Pierro e da “Cidade da Saúde” atualmente denominado Campus II, localizado na Av. John Boyd Dunlop, Jardim Londres, iniciada em 1977.

Mercê da doação e da aquisição de glebas de cerca de 30 alqueires em situação topográfica ideal junto à cidade de Campinas (a três quilômetros do centro), a PUCC está construindo, graças à generosa compreensão e *ajuda do MEC* (grifos meus) um novo CAMPUS.<sup>25</sup>

A Universidade, já Pontifícia,<sup>26</sup> aprovou em reunião do Conselho Universitário a criação da Faculdade de Medicina. Essa aprovação foi outro momento prioritário de uma prática viciada nos colegiados, isto é, de simulação dos fatos, para obtenção do consenso e atendimento do projeto de crescimento da Universidade empreendido desde meados de 1968, à revelia das reais condições financeiras da instituição e da oposição de alguns membros da comunidade universitária.

A Universidade já oferecia na área da Saúde, os cursos de Odontologia, de Ciências Biológicas, Fisioterapia e Enfermagem. Em reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 20 de setembro de 1975, o presidente do Diretório Central dos Estudantes apresentou proposta de criação da Faculdade de Medicina na PUC-Campinas.

<sup>24</sup> Confúcio PAMPLONA, *A política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*, p. 20-23

<sup>25</sup> Relatório Histórico da Universidade. 1978, p.42.

<sup>26</sup> O título de Pontifícia foi concedido pelo Papa em 1972. Cf relato de um jornalista, ex-aluno da Instituição, o título de Pontifícia era pleiteado por três Universidades Católicas: a de Recife, a de Santos e a de Campinas. O título foi concedido a esta última pela força que possuía no Vaticano, através de um Cardeal, ex-professor da instituição.

Argumentou o aluno, que a Universidade já possuía excelentes laboratórios e infraestrutura para a instalação dessa Faculdade, atendendo assim a um apelo que existia na comunidade. “A Pontifícia Universidade Católica de Campinas (...) PRECISA E DEVE instalar a Faculdade de Medicina tal como, com sucesso, instalou a Faculdade de Engenharia” (Ata da 100ª reunião do Consun, de 20/09/75, p. 04).

A proposta do representante estudantil foi acatada de imediato pelo reitor, que inverteu item de pauta para colocar o assunto em discussão. Embora apresentasse algumas considerações quanto às exigências desse novo curso, afirmando ser a Faculdade de Medicina profundamente deficitária, distribuiu para os presentes Portaria<sup>27</sup>, nomeando uma comissão com o fim de estudar a viabilidade de criação da referida Faculdade, justificando que o fazia em consideração à pressão da comunidade. Foi nomeado presidente da comissão, o irmão do Reitor, representante da área da Saúde na mantenedora e também diretor da Faculdade de Enfermagem, portanto membro do Conselho Universitário.

Mais uma vez, então, fica comprovada a articulação de bastidores e a introdução do assunto no colegiado, apenas para cumprir normas regimentais, posto que as decisões já haviam sido tomadas, independentemente de aprovação deste. Mais uma vez fora assegurada a “aparência” democrática do processo decisório!

Ainda, conforme a comissão, a auto-suficiência seria possível por meio de convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e obtenção de recursos para a construção do Hospital Escola, “através do FAS<sup>28</sup>, dotação do II PND e/ou da própria Caixa Econômica Federal” (Ata da 102ª reunião do CONSUN, de 23/12/75, p. 12).

É importante dizer que o Projeto n.º 20 do II Plano Setorial de Educação e Cultura 75/79 previa a assistência técnica e financeira às instituições privadas e o subprojeto n.º 20.2 tratava especificamente da assistência às instituições privadas na área do ensino superior. Essa ajuda era justificada pela necessidade de adaptação às exigências da Reforma Universitária, que criava para as instituições despesas emergenciais que, muitas vezes, não poderiam ser feitas num curto prazo. O projeto tinha, como um de seus objetivos, “conceder apoio financeiro para: a adaptação da planta física e da estrutura administrativa às necessidades da reforma acadêmica; a expansão de bibliotecas; o reaparelhamento de oficinas e laboratórios didáticos” (II Plano Setorial de Educação e Cultura, p. 463).

---

<sup>27</sup> Na Portaria, os considerandos para a nomeação da Comissão, registrados na Ata da 100ª reunião do Conselho Universitário procuravam dar a **ampla dimensão da pressão da comunidade**; falavam em manifestação da opinião pública pela imprensa, da manifestação discente por meio do Diretório Central dos Estudantes, da manifestação do corpo docente, dos pedidos do Sindicato dos médicos, de pedidos de mães e familiares de futuros universitários e “a opinião favorável manifestada por altas Autoridades Cívicas, Militares e Eclesiásticas, dentre as quais se destaca a do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Campinas e Grão – Chanceler da Universidade – Professor Doutor Dom Antônio Maria Alves de Siqueira” (Ata da 100ª reunião do Consun, p.4)

<sup>28</sup> O Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social (FAS) foi criado em 9/12/74, pela Lei n.º 6.168, com o objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter social, que se enquadravam nas diretrizes e prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento. Seus recursos eram basicamente oriundos do jogo regulamentado: loteria federal de bilhetes, loteria esportiva federal e loteria de números (loto). Os recursos do FAS eram emprestados para instituições públicas e privadas, com juros e correção monetária subsidiados. (José Carlos de A Melchior. *O Financiamento da Educação no Brasil*, p. 39 a 41)

Dessa forma, mais uma vez pode-se dizer que a PUC-Campinas respondia favoravelmente às políticas públicas e para seu crescimento podia, naquele momento, contar com as verbas públicas, pois elas eram previstas nos planos e estratégias do governo militar para a educação privada, confirmando a política privatista daquele período.

Em 1976, foi realizado o 1º vestibular para o Curso de Medicina que contou com a presença de dezoito inspetores federais da Comissão Fiscalizadora do MEC e no último dia do vestibular a Delegada Regional do MEC em São Paulo esteve presente e “se impressionou com a organização, lisura e esquema de segurança” (Ata da 104ª reunião do Consun, em 06/03/76). Tratava-se, sem dúvida, de demonstrar para a comunidade a importância que os órgãos públicos atribuíam à PUC-Campinas e assim legitimar os atos do reitor.

A construção do Hospital Escola foi iniciada em 1977 e, na verdade, não se tratava do início de uma obra, mas sim de sua conclusão. Estava sendo construído por famoso médico, Dr. Celso Pierro, um grande hospital que, segundo depoimentos, trouxe-lhe grandes dívidas, levando-o à morte. Sua viúva ofereceu o hospital inacabado como doação para a Universidade, com a condição de que esta assumisse as dívidas e desse ao hospital o nome de seu falecido marido. Avaliadas as condições, a Universidade ponderou que não teria condições de construir um hospital tão grande e que a dívida poderia ser negociada por ela própria, como instituição educativa. A doação foi aceita e o hospital concluído. Em torno do Hospital foi construído o prédio para abrigar os cursos da área da Saúde, com exceção do curso de Odontologia. Esse espaço, a “sonhada” Cidade da Saúde ficou conhecido como Campus II.<sup>29</sup>

A criação do Campus II, situado na Av. John B. Dunlop, foi atrelada ao projeto de criação da Cidade da Saúde, dentro da política de valorização da área da saúde que se aprofundara com a criação da Faculdade de Ciências Médicas em 1975. As aulas do curso de Medicina inicialmente foram ministradas no Prédio Central, utilizando os laboratórios do curso de Odontologia, e as aulas práticas ministradas na Clínica Santo Antônio, estabelecida na Av. Barão de Itapura, também em Campinas.<sup>30</sup>

Obviamente, se a Universidade já se onerara com a construção do Campus I, a finalização das obras do hospital e dos prédios do Campus II levou-a ao total caos financeiro. Novamente uma das alternativas para gerar receita foi a ampliação de vagas e cursos a partir de 1978, demonstrando a insuficiência das verbas públicas ou, a incompetência na administração dos recursos financeiros ou mesmo, ambas.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Na reunião da Sociedade Campineira de Educação e Instrução realizada em 16/5/1979, foi aprovado que o Hospital seria considerado instituição autônoma da SCEI e não hospital universitário para que se pudesse assinar convênio mais vantajoso com o INAMPS, demonstrando as brechas nas leis que possibilitavam atender aos interesses privados.

<sup>30</sup> Consta que o irmão do reitor era o diretor do curso e do Hospital. Foi grande o vínculo criado entre a Clínica Santo Antônio (atualmente Hospital Albert Sabin) e a Universidade, chegando até a existir um Convênio Médico (SAMCIL) para atendimento a estudantes, funcionários e professores.

<sup>31</sup> Cunha (1986b) revela que os subsídios governamentais para o setor privado permitiram a algumas instituições a construção de grandes *campi* universitários. No caso da PUC-Campinas, não se pode negar a presença desses subsídios, mas deve-se reconhecer que outras fontes foram buscadas e, portanto, seu crescimento não se sustentou apenas com essas verbas.

Uma análise mais cuidadosa das vagas oferecidas em todos os cursos nas três áreas de conhecimento permite uma clareza sobre a política de expansão de vagas empreendida na instituição.

Como já foi mencionado, a ampliação de vagas e o oferecimento de novos cursos foram estratégias utilizadas pelo Reitor como fonte de recurso orçamentário e conseqüente superação da crise financeira.

Para adequar a estrutura universitária à Lei 5540/68, entretanto, foram criadas, em 1972, as faculdades e institutos, alocando nessas novas unidades acadêmicas os cursos oferecidos.<sup>32</sup>

Assim, para “modernizar-se”, amparada na Lei 5540/68, a PUC-Campinas reorganiza-se; de dezoito cursos oferecidos em 1971, a Universidade passa no ano seguinte a oferecer trinta e um cursos. Se, em princípio, poder-se-ia pensar que tal aumento ocorreu em razão do desdobramento da FFCL, os dados do período nos mostram não apenas uma adequação, mas a criação de novas unidades acadêmicas e de novos cursos, revelando a política instituída pela administração da Universidade, acompanhando a política expansionista do regime militar.

A Reitoria também acreditava que a ampliação de vagas e o aumento do número de cursos oferecidos contribuiriam para o equilíbrio orçamentário, o que facilitaria a concretização das obras. Se esse procedimento pode ser correto do ponto de vista administrativo e empresarial, como instituição educativa, as alterações nos cursos e nas vagas deveriam estar subordinadas a um planejamento educacional, envolvendo decisões de natureza política e filosófica.

A Universidade só não apresentou evolução no número de cursos em 1974 e 1975, mas a partir daí o crescimento é retomado, e em 1980 eram oferecidos 37 cursos, representando 132% a mais em relação a 1968, quando eram oferecidos dezesseis cursos.

Esse aumento do número de unidades acadêmicas e de cursos foi acompanhado pela ampliação da oferta de cursos noturnos na instituição. Em 1968, era oferecido apenas o Curso de Direito<sup>33</sup>. Dos vinte e três cursos oferecidos em 1980, com exceção dos cursos de Ciências Biológicas, Análise de Sistemas e Engenharia Civil, os demais eram todos da Área de Ciências Humanas.

Acompanhando a ampliação acima mencionada, também as vagas oferecidas em cada curso sofreram rápido e contínuo processo de crescimento.

---

<sup>32</sup> Os diretores das Unidades Acadêmicas permaneceram em seus cargos após a morte de Monsenhor Salim e posse do novo reitor. Segundo ex-diretora dessa época, foram constituídas comissões de diretores para adequar a instituição à Reforma Universitária (Lei 5540/68). Terminados os trabalhos, o Reitor entendeu que esses diretores deveriam ser mantidos em seus cargos para a implantação da Reforma posto que já haviam realizado exaustivos estudos sobre ela e também estariam contribuindo para as mudanças estatutárias da SCEI. Assim sendo, esses diretores permanecem por longo período à frente das suas Unidades.

<sup>33</sup> Nos Editais do Concurso de habilitação para Ingresso na Universidade de 1968 a 1970 consta apenas o Curso de Direito sendo oferecido no período noturno. Entretanto, professores da época dizem que eram também oferecidos nesse período os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Biblioteconomia e Música. Esta informação permite inferir que o número de vagas fosse maior. Considero, entretanto, para análise apenas o número de vagas que constam do Edital.

Em 1968, com exceção dos cursos de Odontologia e Matemática, os demais, 14 cursos, eram da área de Ciências Humanas que oferecia na época 855 vagas. Na área de Ciências Exatas, o único curso, Matemática, oferecia 50 vagas e o de Odontologia, na área de Ciências Biológicas, oferecia igual número de vagas. Eram oferecidas no total, 955 vagas.

Em 1972, havia na área de Ciências Humanas vinte e cinco cursos, totalizando 3.455 vagas. Na área de Ciências Exatas passaram a ser oferecidos quatro cursos: Engenharia Civil, Matemática, Física e Química, num total de 460 vagas. Na área de Ciências Biológicas e da Saúde eram oferecidos dois cursos: o de Odontologia e o de Ciências Físicas e Biológicas, com 140 vagas. No total, a Universidade passou a oferecer em 1972, 4055 vagas, representando significativo aumento em relação a 1968.

Em 1978, a área de Ciências Humanas sofreu uma diminuição em relação às vagas existentes em 1972. No período de 1973 a 1978 esta área apresentou uma diminuição significativa no número de vagas, em especial em 1973, 1974 e 1975. O crescimento é retomado em 1976 e mantém-se nos anos seguintes. Na área de Ciências Exatas, em 1978, eram oferecidos cinco cursos e 865 vagas, indicando um crescimento em relação ao ano de 1972. Nessa área também houve diminuição de vagas em 1973 e 1974. A área de Ciências Biológicas, em 1978, possuía cinco cursos, com 600 vagas. Essa área apresentou um crescimento em relação às vagas oferecidas em 1972 e diferentemente das outras duas áreas, não apresenta no intervalo de tempo nenhuma diminuição no número de vagas dos seus cursos.

No ano em que ocorre a saída do reitor, 1980, em razão dos problemas administrativos e acadêmicos, a situação do número de vagas na Universidade é a seguinte: área de Ciências Humanas: eram oferecidos 24 cursos, com 3725 vagas, o que significa um crescimento de 312% em relação a 1968. Em relação a 1978, o crescimento é de 36%. Na área de Ciências Exatas, eram ministrados cinco cursos, com 1075 vagas, o que representa um aumento de 2050% em relação ao número de vagas oferecidas em 1968 e um crescimento de 24% em relação às vagas de 1978. Na área de Ciências Biológicas e da Saúde, eram oferecidos oito cursos, com 880 vagas representando um crescimento de 1660% em relação à 1968 e 48% em relação às vagas de 1978.

Em números totais, a Universidade em 1968 oferecia 955 vagas e, em 1980, oferecia 5860 vagas, o que indica um aumento de 466% no número de vagas.

O crescimento de vagas e cursos da Universidade no período de 1968 a 1980, conforme pode ser visto, é indiscutível e dois aspectos devem ser observados. O primeiro é que esse crescimento é visto como fonte de recurso financeiro para cobrir o déficit orçamentário, proveniente da ampliação do espaço físico da Universidade, isto é, do seu patrimônio. Nenhum documento, nenhum diagnóstico é apresentado pelo reitor para comprovar a demanda por novos cursos, mas há sempre, de sua parte, a orientação para o remanejamento de vagas de um curso para outro, com o objetivo de se evitar comprometimento das finanças.<sup>34</sup> O segundo aspecto a ser observado é que

<sup>34</sup> Esta compreensão é também do padre, ex-diretor da Universidade, que foi por mim entrevistado, o qual afirma não ter havido crescimento, mas um "inchaço" da instituição, na busca de verbas para cobrir a imensa despesa provocada pelas construções dos *campi*.

o crescimento se dá numa determinada direção, isto é na direção contrária àquela que até então caracterizara a instituição, ou seja, o predomínio de cursos da área de Ciências Humanas.

No período de 1968 a 1980, o que se observa é o crescimento acentuado nas áreas das Ciências Exatas, particularmente, e das Ciências Biológicas e da Saúde. A pequena margem de diferença de crescimento dessas duas áreas talvez se dê pelo investimento inicial ter sido na área de Exatas, com a Faculdade de Ciências Tecnológicas, que se equipava com laboratórios e materiais e só posteriormente ocorra o crescimento na área das Biológicas. No período de 1978 a 1980 o crescimento da área de Biológicas também é maior do que o da área de Ciências Exatas.<sup>35</sup> O crescimento, especialmente nas áreas de Ciências Exatas e da Saúde, é mais uma comprovação da adesão à política do governo militar, pois estas eram as áreas para as quais o Estado indicava a necessidade de crescimento.

Também o espaço físico apresentou no período significativa ampliação, conforme o projeto de expansão da Universidade.

Desde sua fundação, a Universidade ocupava o Prédio Central, como ficou sendo conhecido o imóvel situado na rua Marechal Deodoro, n.º 1099, onde funcionavam os cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Odontologia e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Os cursos agregados funcionavam fora desse prédio.

Em 1970<sup>36</sup> o Prédio Central, situado na rua Marechal Deodoro, n.º 1099, 1117 e 1131, com área construída de 7.306 m<sup>2</sup>, abrigava os seguintes cursos: Matemática, Ciências Sociais, Geografia, História, Filosofia, Português/Inglês, Português/Francês, Psicologia, Pedagogia, Administração Escolar, Ciências Físicas e Biológicas, Direito, Biblioteconomia e Odontologia.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, com os cursos de Administração e Economia funcionava na rua Dr. Quirino n.º 1225, numa área de 1624 m<sup>2</sup>. Na rua Boaventura do Amaral, n.º 354 ficavam a Faculdade de Educação Física e o curso de Comunicações Culturais numa área de 6.363 m<sup>2</sup>. Assim sendo, a área total para funcionamento dos cursos oferecidos pela Universidade era de 15.023 m<sup>2</sup>.

O Campus I, como ficou sendo conhecido o novo espaço edificado, estava localizado na Rodovia D. Pedro I, km 136, Jardim Santa Cândida, teve suas obras iniciadas em 1971. O objetivo era, após o término da construção, a transferência das Unidades Acadêmicas para esse novo espaço, o que acaba por não ocorrer.<sup>37</sup> O Campus é inaugurado em 1972 com instalações ainda precárias, continuando suas obras nos anos

<sup>35</sup> O crescimento da PUC nas áreas da Engenharia e da Saúde contradiz o pensamento de Germano (1994, p.153) que afirma a preferência da rede privada por cursos mais baratos quanto aos investimentos. Talvez isso tenha ocorrido na PUC-Campinas por ela viver a contradição de ser católica e ao mesmo tempo abraçar um projeto de universidade que não tem nos princípios humanistas e cristãos seu referencial.

<sup>36</sup> Considerando-se que o período estudado é de 68/81, será feito o estudo sobre o espaço físico de 1970 a 1981. Não foi possível um aprofundamento dos dados em razão da dificuldade para a obtenção de documentos.

<sup>37</sup> Até hoje, a Universidade não conseguiu transferir para seus *campi* todos os cursos instalados no Prédio Central, apesar da precariedade desse espaço físico.

seguintes. A primeira unidade acadêmica a ser transferida é a Faculdade de Educação Física que recebera verbas do Ministério do Desporto. No prédio desta Faculdade havia um salão ambiental, auditórios, passarelas, cantina e vestiário, pista de atletismo e campo de futebol.<sup>38</sup> No Campus estavam também edificadas um prédio de dois pavilhões (Edifício Papa Paulo VI), cabines de força e uma Reitoria provisória. Outros prédios foram construídos nos anos seguintes e outros cursos foram transferidos para o novo espaço.<sup>39</sup>

O Prédio Central também sofreu adaptações para atender ao crescimento do número de alunos e, em 1974 o salão nobre é transformado em sala de aula apesar do descontentamento manifestado pela comunidade acadêmica e sua resistência.

Com a criação da Faculdade de Engenharia e da Faculdade de Serviço Social surgiram dois novos espaços da Universidade: o antigo seminário, situado na rua Waldemar César Silveira, no bairro Swift, com área de 7.047m<sup>2</sup> foi ocupado pela Faculdade de Engenharia e a segunda faculdade vai ocupar imóvel na rua José Paulino n. 603, com 973m<sup>2</sup>.<sup>40</sup>

Assim sendo, os cursos criados no período de 1969 a 1980 eram distribuídos nesses espaços físicos, incluindo os cursos da Faculdade de Medicina após 1976. Para essa Faculdade, conforme anteriormente narrado, outras obras foram realizadas como a conclusão do Hospital e a construção dos prédios que abrigariam os seus cursos. Esse conjunto de obras, que foi colocado em funcionamento em 1978, irá constituir a “Cidade de Saúde”, cujo prefeito veio a ser o irmão do reitor. O hospital começou a funcionar apenas com enfermaria e pronto-socorro, sem a clínica e o centro cirúrgico.

Sintetizando, em 1980, ao término da gestão do reitor, o espaço físico da Universidade é o seguinte<sup>41</sup>: no centro da cidade, além do Prédio Central, outros imóveis localizados na rua Sacramento n.º 313, 329 e 355, com área total de 510 m<sup>2</sup>, foram incorporados à Universidade; são mantidas as áreas ocupadas na rua José Paulino, na rua Boaventura do Amaral e na rua Dr. Quirino; são acrescidas as áreas do Campus I (22.158m<sup>2</sup>), do Campus II (32.607m<sup>2</sup>)<sup>42</sup> e do Seminário na rua Waldemar C. Silveira. A área total da Universidade passou a ser em 1980, 81.214m<sup>2</sup>, o que significa um crescimento de 441% em relação à área total ocupada pela instituição em 1968.

Em dez anos, a área total de ocupação das unidades acadêmicas foi significativamente ampliada, passando dos 15.023 m<sup>2</sup> em 1970 para 81.214 m<sup>2</sup> em 1980. É perfeitamente compreensível que somente o crescimento de vagas não fosse suficiente para cobrir o custo de uma ampliação tão grande. Outras alternativas foram buscadas, como verbas públicas e empréstimos bancários, estes últimos também em moedas estrangeiras<sup>43</sup>, o que levou a instituição à grave crise financeira e à fragilização da administração do reitor Barreto Fonseca.

<sup>38</sup> O regime militar tinha no Plano Setorial de Educação e Cultura, Projetos para a Educação Física e Desportos, com objetivos de aperfeiçoar recursos humanos na área e apoiar construções nas Universidades.

<sup>39</sup> As obras nesse Campus são permanentes. Na década de 90 são inúmeras as obras nele edificadas.

<sup>40</sup> Esse curso que anteriormente era agregado à Universidade já funcionava nesse prédio pertencente à Congregação Religiosa responsável por ele.

<sup>41</sup> Fonte: Assessoria de Projetos da Universidade.

<sup>42</sup> Em documento sobre edificações no Campus II, a metragem total seria 34.679,73m<sup>2</sup>.

<sup>43</sup> Cf depoimento de ex-diretor, o Vaticano se responsabilizou pelas dívidas da universidade perante as instituições financeiras, pois todo o patrimônio da Universidade, no caso da sua extinção, seria da Igreja.

A crise institucional, embora reconhecida e denunciada oficiosamente, só foi divulgada após as mudanças ocorridas na diretoria da Sociedade Campineira de Educação e Instrução no segundo semestre de 1979.

Também favoreceu a explicitação da crise institucional o contexto mais amplo de luta pela democratização do país. Nesse período, a sociedade brasileira vinha lutando por um regime mais democrático; na verdade, segundo Germano (1994), desde a posse do presidente Geisel em 1974 até o término do governo do presidente Figueiredo, em 1985, desencadeou-se grande processo de crise governamental, que levará ao declínio a ditadura militar.

Conforme esse autor, além da instabilidade no bloco do poder, os militares vão perdendo o apoio dos aliados civis que pleiteiam maior participação no processo decisório. Ocorre “uma mudança na forma das políticas sociais, inclusive na política educacional, conduzindo à absorção de interpelações populares na formulação de tais políticas” (Germano, 1994, p. 213).

Assim, voltam a se manifestar na sociedade brasileira os movimentos sociais, como o dos trabalhadores, da Igreja, da Ordem dos Advogados, da Associação Brasileira de Imprensa, etc. A essa movimentação, os militares “linha dura” respondiam com ampla ação repressiva como atentados a bombas, desaparecimento de presos políticos e outros mecanismos de tortura que, inevitavelmente, provocavam a oposição até de segmentos da sociedade que aderiram ao regime.

De outro lado, o Estado não conseguia mais dobrar a sociedade civil. (...) Ao contrário, ela crescia e se diversificava e, se não foi a causa do início da distensão em 1974, foi a responsável maior pela articulação de forças que, paulatinamente, debilitaram a ditadura militar (Germano, 1994, p. 216).

Na PUC-Campinas, as mudanças internas no sentido do movimento das bases também começaram a ser sentidas. Um movimento contra-hegemônico foi sendo organizado pelas bases, e, em 1978, é fundada a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (APROPUC) que vai, apesar das perseguições, empreender intensa luta política e se opor à reitoria, denunciando suas arbitrariedades. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) passa a contar na sua diretoria, com alunos combativos, e diferentemente das gestões anteriores, cooptadas pela reitoria, se instalará acirrada oposição à reitoria.

Dessa forma, começam a ser criadas na instituição, condições mais propícias para o fortalecimento da oposição ao reitor. O movimento de luta política que vai se fortalecer na sociedade também está presente na instituição sem que, no entanto, a reitoria deixasse de reagir por meio da demissão de professores e perseguição das lideranças estudantis.

Entretanto, os movimentos organizados de professores e alunos expressam ampla resistência ao reitor e ao grupo que o apoiava, criando as condições necessárias para a sua saída, que ocorre no segundo semestre de 1980, quando se tornam insustentáveis as denúncias dos atos por ele praticados.

O estudo da instituição educativa PUC-Campinas, no período de 1968 a 1980, revela sua adesão à política educacional imposta pelo regime militar para o ensino superior, através da expansão dos cursos oferecidos e da ampliação do número de

vagas, além da introdução do arbítrio e de práticas autoritárias na administração da universidade e, conseqüentemente, distanciando-se gradativamente do projeto inicial para as instituições católicas de ensino.

## FONTES DE PESQUISA

### Orais

Entrevistas realizadas pela autora com:

MATTOS, M. A. R. P. B. – **ex-funcionária e ex-diretora da Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas**. Campinas, 30/06/1999

CASTRO, M. – **jornalista e ex-aluno do IAC**. Campinas, 13/09/1999

NIERO, H. – **padre, ex-diretor do Instituto de Filosofia**. Campinas, 09/10/2000.

### NÃO PUBLICADAS

#### Arquivos

Arquivos do Gabinete da Reitoria da PUC-Campinas (documentos, estatutos e regimentos da instituição)

Arquivos da Faculdade de Educação da PUC-Campinas (documentos e atas)

Arquivos da Secretaria Geral da PUC-Campinas (Editais do Concurso Vestibular, documentos e atas).

Arquivos da Assessoria de Planejamento da PUC-Campinas (documentos, textos e relatórios).

Arquivos da Coordenadoria de Extensão da PUC-Campinas (documentos e textos).

Arquivos da Assessoria de Projetos da PUC-Campinas (documentos e textos).

#### Atas

Colegiados da PUC-Campinas do Conselho Universitário – 121 atas das reuniões realizadas no período compreendido entre o 2º semestre de 1968 até o 1º semestre de 1982. Atas n. 45 a 165.

Do Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa – 62 atas das reuniões realizadas no período de abril de 1972 a maio de 1982. Atas n. 01 a 62.

#### Editais, Relatórios, Portarias

Documentos da PUC-Campinas

Prospecto da Universidade Católica de Campinas. Campinas, 1969. 3 p.

Relatório Histórico da Universidade. Campinas, 06 de fevereiro de 1978. 43p.

LOPES, Gilberto Pereira. Mensagem à Universidade na Páscoa de 1980. 06/04/1980.

Crise Financeira da Universidade. PUCC. Reitoria. 07/1981.

#### Publicações Oficiais

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Taxas e outras contribuições escolares. *Documenta*, Brasília, n. 158, p. 391-397, jan. 1974.

\_\_\_\_\_. **Plano setorial de educação e cultura 75/79**. Secretaria Geral. 1ª parte. v.2

PAMPLONA, C. **A política e o plano setorial de educação e cultura**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura. ago. 1973.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMARGO, A. L. C. 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CARVALHO, G. I. **Ensino superior. Legislação e jurisprudência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- CASTANHO, S. E. M. **1969: o ano em que o sonho acabou. Razões e desrazões da destruição em 1969, de um projeto de reforma universitária**. 1996. (Projeto de Pesquisa) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira; católicos e liberais**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil; (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, J. L., SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/ HISTEDBR, 1999.
- MATOS, O. N. Do sonho à realidade (a propósito do 33º aniversário da Puccamp). **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, Ano XX, n. 131, p. 183-191, jul./set. 1988.
- MELCHIOR, J. C. A. **O financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: EPU, 1987.
- SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/ HISTEDBR, 1999.
- SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.) **História e história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados / HISTEDBR, 1998.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil; de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1995.